

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de julho de 2022 às 08h01
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Marco regulatório | INPI

Zé Neto e Cristiano são proibidos de usar marca Esqueminha após ação da banda baiana

Isqueminha 3

MÚSICA

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Disney perderá os direitos autorais sobre o Mickey Mouse em 2024 4

Diário do Nordeste - Online | CE

Direitos Autorais

Mickey Mouse vai a domínio público com lei que tira da Disney exclusividade sobre

personagem; entenda 5

GERMANO RIBEIRO

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

Marco regulatório | INPI

Justiça Federal mantém registro da marca Master Chef de empresa argentina 7

ANA CLÁUDIA GUIMARÃES

Migalhas | BR

ABPI

MIGALHAS nº 5.386 8

Money Report | BR

Patentes

CureVac processa BioNTech por patentes de mRNA 15

Zé Neto e Cristiano são proibidos de usar marca Esqueminha após ação da banda baiana Isqueminha

MÚSICA

O Tribunal de Justiça de Goiás deu parecer favorável ao cantor Gabriel Levy, da banda Isqueminha, e proibiu que a dupla Zé Neto e Cristiano use as marcas "Esqueminha" e "Esqueminha com ZNC".

Gabriel tem o registro da marca Isqueminha desde 2019 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial ([INPI](#)).

Zé Neto e Cristiano anunciaram no início de 2020 um projeto de turnê chamada Esqueminha, em parceria com uma marca de bebidas. A série de shows, começaria em março daquele ano, quando todos os eventos do Brasil foram cancelados por conta da pandemia.

A liminar em favor de Gabriel foi concedida no dia 1º de julho de 2022 e impede a dupla de usar a marca sob

multa de R\$ 1 mil. Entenda o que aconteceu até agora:

O advogado de Gabriel Levy, Luiz Vasconcelos, disse que enviou uma notificação extrajudicial para a produtora de Zé Neto e Cristiano antes de entrar com a ação.

O **g1** perguntou a Luiz Vasconcelos se o músico vai buscar algum tipo de indenização pelo uso anterior da marca nos anúncios da turnê que iria acontecer, ou se pretende apenas evitar a utilização da marca em futuros eventos.

"Além do pedido de proibição de utilização do nome, os tribunais brasileiros costumam estabelecer indenizações quando há utilização ou divulgação de marcas previamente registradas sem a devida autorização do titular", disse o advogado.

Disney perderá os direitos autorais sobre o Mickey Mouse em 2024

Em 2024, a Walt Disney Company não poderá mais impedir que outros artistas ou empresas usem a imagem do personagem Mickey Mouse, que cairá em domínio público. Sob a legislação americana, o ratinho criado para um desenho animado em 1928 tem a previsão de perder a proteção do copyright.

Com isso, qualquer pessoa poderá usar o Mickey sem um acordo de licença. No entanto, apenas a versão que aparece no curta-metragem do Steamboat Willie, de 1928 poderá ser usada livremente.

De acordo com a atual de propriedade intelectual do país, personagens e outros trabalhos artísticos deixam de ser exclusividade de quem os criou depois de 95 anos de sua concepção.

Uma das primeiras imagens de Mickey, criado em 1928 Reprodução Foto:

Mickey Mouse a criação do ilustrador Walt Disney, o roedor que se tornaria a marca de um império global de entretenimento cuja silhueta consiste sim-

plesmente de um grande círculo e dois círculos menores que servem como orelhas, apareceu pela primeira vez no desenho em preto e branco Steamboat Willie ou "O vapor Willie", em Nova York, em 18 de novembro de 1928.

O desenho animado foi pioneiro na animação pelo uso de som sincronizado onde os movimentos na tela correspondem à música e aos efeitos sonoros, lançando uma das imagens mais reconhecidas no cinema e na televisão.

De acordo com o Museu Nacional de História Americana, ao longo dos anos, Mickey Mouse passou por várias transformações em sua aparência física e personalidade. Outros personagens já passaram para o domínio público como o Ursinho Pooh.

Em maio de 2022, o após ameaçar mudar lei para antecipar fim dos direitos da Disney sobre o Mickey Mouse. Hawley propôs um projeto que limita a proteção de **direitos** autorais a 56 anos e faz essa mudança ser retroativa.

Mickey Mouse vai a domínio público com lei que tira da Disney exclusividade sobre personagem; entenda

Ícônico personagem criado em 1928 poderá ser utilizado por qualquer criador em qualquer obra, conforme a lei de **direitos** autorais dos EUA

Em 1928 a Walt Disney Company lançou nos cinemas o curta de animação "Steamboat Willie" (Barco a Vapor Willie). O filme tem como protagonista um rato antropomorfizado que, nos anos seguintes, se tornaria um sucesso absoluto como personagem icônico e uma das marcas da maior companhia de entretenimento do mundo. Agora, quase um século depois, Mickey Mouse está prestes a se tornar de domínio público.

A atual lei de **direitos** autorais dos EUA prevê que criações artísticas, incluindo personagens, deixem de ser exclusivos de seus criadores passados 95 anos de sua concepção. No caso de Mickey, isso acontecerá em 2024.

Isso significa o personagem poderá ser utilizado por qualquer criador em qualquer obra, sejam filmes, livros, quadrinhos, etc.

Foi essa perda de **direitos** autorais que permitiu, por exemplo, que o personagem infantil Ursinho Pooh se transformasse em um serial killer no filme 'Winnie The Pooh: Blood And Honey'

Lobby para mudanças na lei e brechas que a Disney pode usar

Desde os anos 70 a Disney vem lutando para adiar este momento. Com seu forte lobby, conseguiu alterar a

legislação várias vezes, sempre postergando este momento. Agora, a expectativa é de que o personagem icônico deixará de ser exclusividade da Disney.

Mas há uma brecha na lei que pode ser usada em favor da Disney. De acordo com Daniel Mayeda, diretora associada do Documentary Film Legal Clinic, da Escola de Direito da UCLA, se o uso do personagem puder ser associado à companhia que o criou, ela pode alegar violação de marca registrada. No caso, a própria Disney.

"Você pode usar o personagem do Mickey Mouse como foi criado originalmente para criar suas próprias histórias do Mickey Mouse ou histórias com esse personagem. Mas se você fizer isso de uma maneira que as pessoas pensem na Disney - o que é meio provável porque eles investem nesse personagem há tanto tempo - então, em teoria, a Disney poderia dizer que você violou minha marca registrada", explicou a diretora ao jornal britânico The Guardian.

Assista ao curta Steamboat Willie:

Mickey do "Steamboat Willie" a "Fantasia" e à TV

Steamboat Willie foi o primeiro curta-metragem da Walt Disney a sincronizar imagens e sons. O sucesso do filme foi imediato. Criado por Walt Disney, juntamente ao desenhista Ub Iwerks, Mickey Mouse se tornou o mais icônico da história, encantando crianças e adultos de diferentes gerações. No início, ele não tinha a famosa luvinha branca, o nariz era menos

Continuação: Mickey Mouse vai a domínio público com lei que tira da Disney exclusividade sobre personagem; entenda

arredondado e ostentava uma barriguinha.

"The Karnival Kid" foi o primeiro filme com fala de Mickey. Exibido em 1929 e dublado pelo próprio Walt Disney em seis diferentes idiomas.

Foi em 1940, com o clássico "Fantasia" que surge a

versão mais marcante do camundongo. Nas TVs americanas, Mickey só estreou em 1950, em um especial de Natal chamado "One Hour in Wonderland". O desenho "Relojeiros das Alturas" também foi exibido junto às comemorações de fim de ano.

Justiça Federal mantém registro da marca Master Chef de empresa argentina

A 25ª Vara Federal do Rio rejeitou ação da Shine TV Limited e da Endemol Shine Brasil Produções, que queriam anular o direito da empresa argentina Mausi Sebess sobre a marca Master Chef. Só que o juiz Eduardo André Brandão de Brito Fernandes avaliou que não há razão para invalidar o registro junto ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial e ressaltou que o uso e direito da marca pela empresa argentina é anterior a estreia do programa de TV:

"A veiculação de um programa de TV, ainda que de muito sucesso, não pode sobrepor ao direito do uso da marca, que foi registrada seguindo todos os trâmites legais", diz o advogado Luis Fernando Matos Jr., sócio fundador do escritório Matos & Associados, que representa a Mausi Sebess. Responsável pelo programa de TV homônimo, a Endemol tem utilizado a marca no Brasil, mesmo sem acordo para tal.

MIGALHAS nº 5.386

Terça-Feira, 5 de julho de 2022 - Migalhas nº 5.386.

Fechamento às 09h05.

"O interesse individual é a grande mola dos partidos políticos do mundo."

Machado de Assis

Em causa própria?

Para ver a PEC de benevolências de Bolsonaro - que injeta R\$ 41 bi em programas sociais às vésperas da eleição - ser aprovada ainda antes do recesso, uma manobra foi feita na Câmara: o texto foi pensado a outro, com tramitação mais avançada, e deve ter relatório apresentado ainda nesta semana. ()

Lei de improbidade - Retroatividade

Está marcado para 3 de agosto o julgamento no STF que irá definir se as alterações na lei de improbidade administrativa, inseridas pela lei 14.230/21, podem ser aplicadas retroativamente ao prazo de prescrição para as ações de ressarcimento e aos atos de improbidade administrativa na modalidade culposa. Ou seja, julgar-se-á o elemento teleológico da lei. ()

\$\$\$

Por falar em improbidade, Paulo Maluf foi condenado a pagar R\$ 2,87 milhões em multa por improbidade em uma ação aberta em 2000 pelo MP/SP para analisar a abertura de créditos adicionais em 1996, quando ele era prefeito da capital paulista.

Direito&Administrativo

"Demissão por improbidade administrativa na nova lei 14.230/21" é o tema analisado pelas especialistas no assunto Aline Cavalcante dos Reis Silva e Vlândia Pompeu Silva. ()

Rumo ao STJ

Órgão Especial do TJ/RJ decidiu remeter ao STJ as petições criminais protocoladas pelo governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e por Mario Jamil Chadud, em que pedem a anulação do acordo de delação premiada firmado entre um empresário e o MP do Rio, no âmbito da Operação Catarata. ()

"Súmula 7"... e 8, 9, 10, 11....

Comissão especial da Câmara, responsável pela análise da PEC 39/21, que limita os recursos a serem analisados pelo STJ, aprovou ontem o parecer da deputada Bia Kicis a favor da proposta. A PEC estabelece requisitos de admissibilidade de REsp e impõe, a quem recorre ao tribunal, a obrigação de demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso. ()

Honorários - Entidade privada

3ª turma do STJ definiu que, em ação civil pública ajuizada por associação privada, o réu pode ser condenado a arcar com as custas e os honorários advocatícios. Para colegiado, não seria razoável, sob o enfoque ético e político, equiparar ou tratar como simétricos grandes grupos econômicos/instituições do Estado com organizações não governamentais. ()

Terrinha

Hoje e amanhã acontece o "Seminário de Verão de Coimbra". Grandes nomes do Direito brasileiro e português irão falar. A equipe de Migalhas aquém-mar irá dar notícias de como tudo se desenvolveu.

Atitude discriminatória

Academia do DF foi condenada a indenizar, por danos morais, aluna que foi impedida de continuar na aula de dança por estar acompanhada de filha autista. Magistrado concluiu que abordagem foi cons-

tragedora e discriminatória. ()

Negativa de paternidade

Um homem que reconheceu a paternidade da filha, mas interpôs posteriormente ação negatória de paternidade, foi condenado por danos morais. TJ/SP entendeu que a menina sofreu humilhação e vergonha desnecessárias. ()

Assédio moral

Casas Bahia indenizará trabalhador vítima de assédio moral. Ele foi chamado de "burro" e "viadinho" por supervisora e gerente. O escritório Tadim Neves Advocacia atuou pelo trabalhador. ()

Liberdade de imprensa

Revista Crusoé não deverá indenizar delegado Federal Disney Rosseti (aliás, excelente quadro da PF), pela publicação de matéria cujo conteúdo alegava inércia da Lava Jato paulista durante sua gestão. Assim entendeu a 4ª turma Cível do DF ao concluir que servidores públicos, no exercício de suas atribuições, estão sujeitos à fiscalização e críticas da população, dentro dos limites legais. O escritório Lourival J. Santos Advogados | L+ Speech/Press atua na causa. ()

Quebra de sigilo

TJ/AM declarou a nulidade de decisão que decretou a quebra de sigilo telemático de Elisabeth Valeiko do Carmo, esposa do ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio. Colegiado considerou que a decisão carecia de fundamentação válida. Escritório Bottini & Tamasauskas Advogados atua no caso. ()

Contrato de locação

Posto de combustíveis terá desconto de 50% no aluguel até que o PIB nacional divulgado pelo IBGE retorne ao patamar anterior ao do início da pandemia.

Decisão é do TJ/SP e atende ao pedido da banca S. Freitas Advogados. ()

Trade dress

Justiça de SP afasta a cláusula de não concorrência prevista em contrato de franquia do ramo de estética e autoriza exercício de atividades desde que sem trade dress. O escritório MSA Advogados e Partners atua no caso. ()

Tinha um gato no meio do caminho

Servidora que se acidentou para não atropelar gato será indenizada pelo município. A agente de saúde utilizava sua própria motocicleta para atender a população e as metas do ministério da Saúde. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

Glenda Gonçalves Gondim discorre sobre a responsabilidade do advogado sob as lentes da teoria da perda de uma chance. ()

Observatório da Arbitragem

Na coluna de hoje, o advogado Felipe Faiwichow Estefam aborda o princípio da competência-competência e as arbitragens com a administração pública. De acordo com o especialista, o árbitro tem competência para decidir sobre a sua própria capacidade de julgar. ()

Com a palavra, o consumidor

Fernando Capez trata, na coluna de hoje, da lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. ()

IA em Movimento

A preocupação com a ética na área da inteligência artificial estaria já com seus dias contados, diante da possível ocorrência da "lavagem ética" e da in-

suficiência dos princípios éticos? Veja a análise de Paola Cantarini. ()

Migalhas Bioéticas

Você sabia que o sistema brasileiro é híbrido? Essa hibrididade pública e privada traz diversos impactos nas normativas e nas jurisprudências, segundo Luciana Munhoz. ()

Investimentos Financeiros

Com a Selic em alta, CDBs ganham destaque nas carteiras de investimentos, e o BTG Pactual mostra as vantagens de investir. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

- "A prática do crime de pirâmide por meio de criptoativos", por Renee do Ó Souza, promotor de Justiça em Mato Grosso. ()

- "Homologação de acordo na Justiça do trabalho: o juiz pode alterar a vontade das partes?", por Tairo Ribeiro Moura (MoselloLima Advocacia). ()

- "Ao alcance das mãos. Acessibilidade em braille", por Cristina Gonzales (Aliança Traduções). ()

- "Fraude em programas de milhagem", por Fernanda Giorno de Campos (Lopes & Giorno Advogados). ()

- "Investigação defensiva: análise do provimento 188/18", por Joyce Mazzoco do Nascimento (Peter Filho, Sodré, Rebouças & Sardenberg Advocacia). ()

- "O crédito do exequente e a possibilidade de arrematação de bem imóvel em leilão judicial", por Gustavo Rocco Corrêa e Amanda Miranda (Fogaça Murphy Advogados). ()

- "Reflexões sobre os aspectos processuais da decisão do STJ acerca da taxatividade do rol de cobertura dos planos de saúde", por Ivan Pereira Prado e João Gabriel Castro de Oliveira (Barreto Dolabella - Advogados). ()

- "Afastamento da incidência de imposto de renda sobre alimentos ou pensões alimentícias", por Andre dos Santos Rotta (Ferraz de Camargo Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

A oportunidade está aqui!

<https://correspondentes.migalhas.com.br/>

Novos sócios

Em reconhecimento à contribuição de alguns de seus extraordinários profissionais, o escritório CAL - Costa, Albino & Lasalvia Sociedade de Advogados anuncia três novos sócios: Bernardo de Senna e Eduardo Penna para a unidade do RJ; e Mariana Somenzi para o escritório de SP.

Oito décadas

O advogado Paulo Roberto Joaquim dos Reis comemora 80 primaveras. Referência na advocacia na pujante região de Bebedouro/SP, é sócio fundador do escritório Reis Advogados, que hoje atua em todo o Brasil por meio de unidades em Bebedouro, Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo e Rio de Janeiro. ()

Baú migalheiro

Em 5 de julho de 1951, há 71 anos, o físico estadunidense William Bradford Shockley inventou o transistor de união, um dispositivo eletrônico semicondutor que cumpre funções de amplificador, oscilador, comutador ou retificador. É encontrado em todos os produtos domésticos de uso diário como te-

levisões, gravadores, aparelhos reprodutores de áudio e vídeo, computadores, celulares, etc. Shockley foi premiado com o Prêmio Nobel de Física em 1956. (Compartilhe)

Sorteio

A obra "Família e Felicidade: Uma leitura do GEFAM" (Matrioska - 532p.) é resultado da produção acadêmica dos membros do GEFam - Grupo de Estudos Família e Felicidade. Caio Meireles (Battaglia & Pedrosa Advogados) é coautor no capítulo "Prática da Alienação Parental como Fator Determinante para a Colocação da Família em Situação de Vulnerabilidade ou Risco Psicossocial". Dois migalheiros serão agraciados com a obra. ()

Novidade

Editores Mizuno disponibiliza em e-book a "Coleção Direito em Essência", que é composta por diversas disciplinas do Direito, e foi idealizada para trazer ao leitor à essência, assim por dizer, um estudo sintético e atualizado sobre os principais temas dessas respectivas ramificações. ()

Migalhíssimas

Hoje, às 10h, o Covac 10 minutos, programa de Covac - Sociedade de Advogados, será sobre os problemas sistêmicos do ProUni. Confira pelo YouTube. () Dia 7/7, às 9h, Janaina Rodrigues Pereira, sócia de Covac - Sociedade de Advogados e coordenadora do Núcleo de Certificações e Desburocratização da OAB/SP, participa do evento "Implementação do MROSC e a nova lei do Cebas - Avanços e desafios", realizado pela Ordem paulista. Ela estará no painel "Nova lei do Cebas - Lei complementar 187/21". () Paula Rodrigues, de Daniel Advogados, foi convidada pela Comissão Especial de Privacidade e Proteção de Dados da OAB/Campinas para participar do evento "Diretrizes da ANPD para 2022", que acontece dia 7/7, às 17h, com a presença do Diretor da ANPD Arthur Pereira Sabbat.

Paula é membro regional da Comissão e dará sua contribuição acerca da agenda regulatória da ANPD. () No último dia 1º/7, Thaís Marçal, sócia de Motta Fernandes Advogados, palestrou sobre a "Nova Lei de Improbidade Administrativa", na ELERJ. Confira a íntegra da exposição. () Hendrick Pinheiro (Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados) tornou-se professor substituto de Direito Tributário da Faculdade Nacional de Direito, da UFRJ.

Congresso IBRADIM

Nos dias 18 e 19/8, no Hotel Fairmont Copacabana, no RJ, o Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário realizará seu 5º congresso, presencial e com transmissão ao vivo. Serão 23 painéis e mais de 80 painelistas, reunindo os maiores especialistas do país para tratar dos temas mais práticos e atuais da área. Ainda há ingressos disponíveis. A empresa ou escritório que adquirir cinco ingressos ganha um gratuito enquanto durar o lote da promoção. Confira! ()

Meu CIEE

Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE lançou o aplicativo "Meu CIEE", com foco em aproximar milhões de jovens que estão em busca de uma oportunidade de estágio e aprendizagem das melhores vagas para seus perfis. O aplicativo é gratuito e está disponível na App Store e Google Play. Confira! ()

Integração regional

Hoje, às 16h, o IAB promove o webinar "A Cultura como fator de integração regional na América Latina", que terá como palestrante o diplomata José Jerônimo Moscardo de Souza. O evento gratuito será transmitido pelo canal TVIAB no Youtube. ()

3º Prêmio Patente

Estão abertas até o dia 18/7 as inscrições para o "3º Prêmio **Patente** do Ano da **ABPI** - Associação Bra-

sileira da **Propriedade** Intelectual". Nesta terceira edição, no espírito da "Sociedade 5.0", a premiação contemplará profissionais e empresas que patentearam no Brasil suas inovações relacionadas ao bem-estar humano. ()

Pós-graduação

O processo seletivo e inscrições para os cursos de pós-graduação lato sensu e curta duração da FGV Direito SP (FGV LAW) encerrará nos próximos dias. Inscreva-se! ()

Regulação Ferroviária

FGV Direito Rio criou, em parceria com o FGV Transportes, o "Comitê de Regulação Ferroviária". Idealizada dentro do projeto "Regulação em Números", a iniciativa tem como objetivo fomentar melhorias regulatórias necessárias ao desenvolvimento desse setor estratégico para o desenvolvimento da infraestrutura do país. ()

Direito Contratual

PUC-SP promove o curso de especialização "Direito Contratual". Inscreva-se! Descontos de até 15% em matrículas iniciais confirmadas até 31/7. ()

Marketing Jurídico

No mercado competitivo, ter uma estratégia planejada e bem implementada faz toda a diferença e gera ótimos resultados. Pensando nisso, a Radar - Gestão para Advogados possui a "RadarCONSULTORIA" especializada em Marketing Jurídico. Entre em contato com a Juliane Loss, aqui.

Projeto Digitalização

AASP está na cidade de Ourinhos com a unidade móvel do "Projeto Digitalização", que ficará estacionado nas mediações do fórum Cível do município. O atendimento será realizado até dia 8/7,

das 10 às 17h.

Entrevista

Em entrevista à Tônica Mídia, a pós-doutora professora Vânia Aieta, que coordena a pós-graduação em Direito Eleitoral do Centro de Estudos e Pesquisa no Ensino do Direito - UERJ, fala sobre democracia, o funcionamento da Justiça eleitoral e combate à desinformação. ()

Desconto

Sistema Lysis participará como expositor na Fenalaw, que acontece de 19 a 21/10, no Centro de Convenções Frei Caneca. Pensando nisso, oferece 15% de desconto na inscrição, com o cupom "te-chway15". ()

Aniversário

Se você perdeu a newsletter de "20 anos de Grupo Inrise", e veja os brindes que estão veiculando na edição de aniversário.

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Camamu

BA/Muritiba

MS/Tacuru

PE/Itambé	"Pluris de Mário Ferreira recebe 52% dos apoios do PRR à recapitalização"
PE/Tupanatinga	Die Welt - Alemanha
RS/Chuí	"720 Milliarden Euro für den Wiederaufbau"
SP/Guapiaçu	The Guardian - Inglaterra
Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .	"Parliament urged to act over sexual abuse claims"
Migalhas Clipping	O Estado de S. Paulo - São Paulo
The New York Times - EUA	"Maioria de apurações federais de assédio termina impune"
"Gunfire Tears Into a Parade Near Chicago"	Folha de S.Paulo - São Paulo
The Washington Post - EUA	"Ambiente tem dados piores após mudança no ministério"
"At least 6 die in parade shooting"	O Globo - Rio de Janeiro
Le Monde - França	"Governo atua para evitar novas mudanças e acelerar PEC"
"Covid-19: questions sur la septième vague"	Estado de Minas Gerais - Minas Gerais
Corriere Della Sera - Itália	"Inflação do tira-gosto encarece conta do bar"
"In 13 sotto il ghiacciaio"	Correio Braziliense - Brasília
Le Figaro - França	"Planalto põe a tropa em ação para evitar mudança em PEC"
"Macron contraint au remaniement minimum"	Zero Hora - Porto Alegre
Clarín - Argentina	"Medidas retiram R\$ 4,1 bilhões de municípios gaúchos, dizem prefeitos"
"Batakis busca calmar a los mercados que la recibieron con un lunes negro"	O Povo - Ceará
El País - Espanha	"Projeção é de queda de até R\$ 1 na gasolina e 10% na luz"
"Sánchez acelera con el gasto en Defensa pese al rechazo de Podemos"	
Público - Portugal	

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Valor de auxílio dava para finalizar três barragens"

CureVac processa BioNTech por patentes de mRNA

Grupo farmacêutico busca compensação do fabricante de vacinas covid por supostas violações de propriedade intelectual

A CureVac está processando a empresa farmacêutica alemã BioNTech, alegando que o fabricante da vacina covid-19 violou **patentes** vitais relacionadas à tecnologia de RNA mensageiro. O grupo com sede em Tübingen entrou com uma ação em um tribunal alemão pedindo "compensação justa" por supostas violações de seus direitos de propriedade intelectual no desenvolvimento do jab Covid fabricado pela BioNTech e pela farmacêutica norte-americana Pfizer.

A CureVac informou não estar planejando nenhuma ação que afete a produção, venda ou distribuição da vacina. O sucesso de seu jab Covid transformou a BioNTech de uma empresa pouco conhecida em uma biotecnologia multibilionária.

A CureVac está desenvolvendo suas próprias vacinas de mRNA, incluindo um jab Covid. Mas o grupo abandonou sua primeira tentativa após parecer menos eficaz em um teste de estágio final do que os feitos pela Pfizer e Moderna, embora os dados não fossem diretamente comparáveis.

Ao anunciar sua ação legal, a CureVac disse em comunicado que considerava o rápido desenvolvimento das vacinas uma "tremenda conquista" com "impacto positivo sem precedentes para a saúde pública global".

Mas "essa conquista é baseada em décadas de pesquisa científica e inovação, apoiada pela CureVac como a pioneira na tecnologia de mRNA", disse. "Assim, os direitos de **propriedade** intelectual do CureVac precisam ser reconhecidos e respeitados na forma de uma compensação justa para reinvestir no avanço da tecnologia de mRNA e no desenvolvimento contínuo de novas classes de medicamentos que salvam vidas".

Luta pelo lucro

O processo pode ser um tiro de abertura em uma batalha de propriedade intelectual sobre **patentes** de mRNA, enquanto grupos buscam uma fatia dos lucros obtidos pelas líderes de mercado BioNTech, Pfizer e Moderna.

Antes da pandemia, não havia vacinas aprovadas baseadas na tecnologia de mRNA, que ensina o sistema imunológico a reconhecer um vírus com base em parte de seu código genético. A primeira vacina covid da CureVac usou uma versão não modificada do mRNA, enquanto as vacinas da BioNTech/Pfizer e Moderna modificaram o mRNA.

A BioNTech gerou quase €19 bilhões no ano passado, quase todos com a vacina covid. Embora as vendas da vacina devam diminuir este ano, a empresa está desenvolvendo novas versões da vacina direcionadas às variantes emergentes para campanhas de reforço de outono.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 7

Direitos Autorais
4, 5

ABPI
8

Propriedade Intelectual
8, 15

Patentes
8, 15